

# Política de Privacidade e de Proteção de Dados

União de Freguesias de Este (São Pedro e São Mamede), doravante denominada "UF";

Núcleo Data – Consultoria e Programação Informática, Lda., doravante denominada "Núcleo Data";

Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, doravante denominado "RGPD";

Titular dos dados pessoais, doravante denominado "titular";

Tribunal de Contas, doravante denominado "TC";

Direção Geral das Autarquias Locais, doravante denominada "DGAL";

Instituto Nacional de Segurança Social, doravante denominado "INSS";

Instituto de Proteção e Assistência na Doença, doravante denominado "ADSE";

Instituto Nacional de Estatística, doravante denominado "INE";

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, doravante denominada "CCDRN";

Instituto do Emprego e Formação Profissional, doravante denominado "IEFP";

Município de Braga, doravante denominado "CMB".

A UF está sujeita aos mais elevados padrões de privacidade e apenas utilizará os dados pessoais da população, dos colaboradores e fornecedores recolhidos de forma lícita, leal e transparente para finalidades claramente identificadas e de acordo com os seus direitos de proteção de dados.

Neste contexto, a presente política de privacidade estabelece a forma como a UF utiliza os dados pessoais dos titulares, a qual tem subjacente o seu compromisso em respeitar as regras de privacidade e de proteção de dados pessoais, impostas pelo RGPD.

# 1. Porquê esta política de proteção de dados pessoais?

Esta política, surge da necessidade de dar a conhecer aos titulares, as regras gerais de privacidade e tratamento dos seus dados pessoais, os quais são recolhidos e tratados no estrito respeito e cumprimento do disposto na legislação de proteção de dados pessoais em vigor, nomeadamente o RGPD.

A UF procura sempre respeitar as melhores práticas no domínio da segurança e da proteção dos dados pessoais, tendo para o efeito tomado as medidas técnicas e organizativas necessárias por forma a cumprir o RGPD e garantir que o tratamento dos dados pessoais é lícito, leal, transparente e limitado às finalidades autorizadas.

A UF está empenhada na proteção e confidencialidade dos dados pessoais, tendo adotado as medidas que considera adequadas para assegurar a exatidão, integridade e confidencialidade dos dados pessoais, bem como, todos os demais direitos que assistem aos respetivos titulares.



#### 2. O que abrange esta política de proteção de dados?

Esta Política de Proteção de Dados aplica-se exclusivamente à recolha de dados pessoais relativamente aos quais a UF é responsável pelo respetivo tratamento, no âmbito da relação que é estabelecida com os titulares, seja ela laboral e/ou comercial.

#### 3. O que são dados pessoais?

Informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável («titular dos dados»); é considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por:

- Referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização,
- Identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética,

#### 4. Que tipo de dados pessoais são recolhidos?

A UF, no âmbito da sua atividade, poderá ter acesso a dados pessoais necessários a elaboração de contratos de trabalho, relações comerciais, prestação de serviços à população, emissão de documentos à população (atestados, declarações, alvarás, averbamentos, licenças, etc.) emissão de documentos resultantes da relação comercial (guias de receita, ordens de pagamento, etc.). Exemplos de dados que podemos recolher: nome, nº de identificação fiscal, nº da carta de condução, a morada, o número de telefone, endereço de correio eletrónico, etc.

#### 5. Quando e em que situações são recolhidos os seus dados pessoais.

Alguns dados pessoais são de fornecimento obrigatório e, em caso de falta ou insuficiência desses dados, a UF não poderá proceder a emissão de alguns documentos, prestar determinados serviços, estabelecer relações comerciais, bem como firmar contratos de trabalho.

Se o titular não der o seu consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais, a UF informará o mesmo da impossibilidade de seguir com qualquer relação de ordem laboral, comercial e/ ou de prestação de serviços, bem como da emissão de qualquer documento.

#### 6. Segurança.

A UF assume o compromisso de garantir a proteção da segurança dos dados pessoais que lhe são disponibilizados, tendo aprovado e implementado rigorosas regras nesta matéria. O cumprimento destas regras constitui uma obrigação de todos aqueles que legalmente os acedem.

O nosso servidor, onde está armazenada toda a informação, está protegido fisicamente, pois está instalado dentro de um armário que se encontra fechado à chave e, consequentemente, este armário está localizado em uma sala que também se encontra fechada à chave. Também encontra-se protegido logicamente, através passwords de acesso e de recurso a software antivírus e firewall. Possuímos um sistema de cópias de segurança com redundância, que se baseia no "espelhamento" das bases de dados que estão sob nossa responsabilidade.

O arquivo em papel encontra-se na secretaria, que fica fechada à chave, limitando assim o acesso ao mesmo apenas à pessoas autorizadas ao serviço.



#### 7. No que consiste o tratamento de dados pessoais?

O tratamento de dados pessoais consiste numa operação ou conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou conjuntos de dados pessoais, através de meios automatizados, ou não, nomeadamente a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação, difusão, comparação, interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição.

#### 8. Legitimidade do tratamento dos dados pessoais.

O tratamento de dados tem como condição de legitimidade o consentimento dos titulares para uma ou mais finalidades específicas.

# 10. Por quanto tempo conservamos os seus dados pessoais?

Após a recolha dos seus dados pessoais, a UF procederá o seu tratamento até que o titular exerça o seu direito ao apagamento ou pelo tempo estritamente necessário e obrigatório por lei para cada situação específica. Após findos os prazos legais, os dados pessoais em questão serão, naturalmente, apagados. Esta informação não dispensa a consulta do Regulamento Arquivístico para as Autarquias Locais, aprovado pela Portaria n.º 412/2001, de 17 de Abril, alterada e republicada pela Portaria nº 1253/2009, de 14 de Outubro.

#### 11. Encarregado de proteção de dados.

A UF, enquanto entidade pública, está obrigada a possuir um encarregado de proteção de dados (DPO), pelo que para qualquer assunto relacionado com a proteção de dados, o titular pode entrar em contacto através dos meios indicados para este efeito, caso o titular dos dados pessoais necessite de entrar em contacto com o DPO, poderá fazê-lo através do e-mail abaixo indicado:

<u>Jfestespedro.estesmamede@gmail.com</u>

# 12. Em que circunstâncias existe comunicação de dados a outras entidades (terceiros e subcontratados)?

A UF, no âmbito da sua atividade, poderá ter a necessidade de partilhar informações e documentos com o TC, DGAL, INE, CCDRN, IEFP, INSS, ADSE, CMB, e Núcleo Data, recorrer a terceiros para a prestação de determinados serviços. Por vezes, a prestação destes serviços implica o acesso, por estas entidades, a dados pessoais cujo tratamento é da nossa responsabilidade. Quando tal sucede, a UF toma as medidas adequadas, de forma a assegurar que as entidades que tenham acesso aos dados, são reputadas e oferecem as mais elevadas garantias a este nível, o que fica devidamente consagrado e acautelado contratualmente entre a UF e a(s) terceira(s) entidade(s).

### 13. Direitos dos titulares dos dados.

Dentre outros direitos, podemos destacar alguns como: o direito à transparência e informação, que decorre da forma direta e explícita com lhe é apresentada a declaração de consentimento, o pedido de esclarecimento sobre qualquer assunto relativamente aos seus dados pessoais, direito de acesso (retificação, limitação ou apagamento) e ainda o direito a portabilidade dos seus dados de forma estruturada, com a finalidade de transmiti-los a outra entidade.

O titular tem ainda o direito de ser informado pela UF sobre qualquer violação ou potencial violação dos seus dados pessoais, e de apresentar queixa sobre matéria respeitante a violação de proteção de dados à Autoridade de Controlo do seu país de residência ou de trabalho que, no caso de Portugal, será a Comissão Nacional de Proteção de Dados, cujos contactos encontram-se disponíveis em: <a href="www.cnpd.pt">www.cnpd.pt</a>. Esta informação não dispensa a consulta do RGPD, capítulo III.



### 14. Como poderá exercer os seus direitos?

Sem prejuízo do disposto no RGPD, o titular dos dados pessoais poderá fazê-lo, diretamente ou mediante pedido por escrito, dirigido ao DPO, através dos contactos disponibilizados para o efeito neste documento.

# 15. Alterações à política de privacidade.

A UF reserva-se no direito de reajustar ou alterar a presente Política de Privacidade, a qualquer momento, sendo essas alterações publicitadas nos meios da autarquia, nomeadamente o *website*.